
EDUCAÇÃO INDÍGENA BRASILEIRA

Zélia Sá V. Camurça

Se a política da educação é por demais complexa, às vezes confusa ou carente de ordenação científica, o 'indigenismo', ou, explicitando, as políticas indigenistas, a política da educação indígena, as políticas sociais da educação indígena e para o indígena são, o mais das vezes, caóticas, ambíguas, descomprometidas, autoritárias, falhas de execução, avaliação e de implementação. Conseqüentemente este assunto preocupa os intelectuais e o partícipes da 'intelligentia' brasileira.

Para um melhor esclarecimento da educação indígena, alguns aportes e considerações se tornam necessários. O objetivo seria o de melhor aquilatar a conjuntura atual e a importância do estudo neste momento questionante por que passa a educação no Brasil.

Uma palestra sobre Alfabetização Indígena e Educação Indígena Brasileira deveria envolver um bocado de história. Nesse esboço histórico deveriam ser abordados o elemento nativo, seu habitat, a catequese dos primeiros missionários, os jesuítas, as atividades da Coroa Portuguesa e do Reino, e toda uma gama de exemplos de colonialismo cultural. Já no Império, desde o primeiro ato Constitucional, 1823 – 1824, atos, leis, e artigos constitucionais relativos aos direitos dos Índios. Na República, os projetos, os decretos, as leis, os programas aculturativos, os choques interétnicos, as interferências ecológicas. Seria um nunca acabar.

A limitação de tempo nos obrigaria, no entanto, a fixar nossa atenção em tópicos tais como:

- Introdução
- Alfabetização bicultural vs. Lingüística (Etnolingüística, bilinguismo)
- Educação Indígena vs. Educação para o Indígena

- A Competência Multicultural
- Os Empreendimentos Organizacionais a Serviço do Indígena
- Exemplos recentes de Alfabetização Indígena ticuna, tapirapé, Mapuche
- Uma Discussão Crítica

Grupos Patrocinadores/Organizadores
 Métodos utilizados
 Resultados práticos
 Impasses, Conflitos e/ou Soluções
 Material Didático Gerado

- Uma Crítica Conclusiva (Erradicação do Analfabetismo Indígena)
- Um toque de Ecologia

Alfabetização versus Escrita

O indígena desenha, não escreve. Daí a escrita exercer uma atração especial para o índio que lhe dá um significado quase mágico. E por isso sofre: com o fato de a escrita ser instrumento de dominação, ou de fortalecimento da dominação do branco, do civilizado (que menos se mostra!)

Com a escrita, a educação para o indígena se fixa na alfabetização. A alfabetização tem caráter assimilador, etnocêntrico para a sociedade nacional enquanto que para a sociedade indígena tem aquele valor mágico. Dominar uma técnica do civilizado e aprender a se defender contra medidas explorativas provê ao índio uma situação de prestígio junto aos de seu grupo. Por isso, a Alfabetização é uma 'interferência' na educação indígena.

Educação Indígena

A educação indígena, como processo, envolve a socialização dentro dos padrões culturais da tradição, porquanto baixa a uma função homogeneizadora informal, vivencial, funcional. É um processo globalizante que abrange o consenso de toda uma tribo e cujo resultado é expresso pela aprovação tribal.

Intrinsecamente parte da vida indígena, a educação implica o conhecimento total da sua cultura. Daí a hesitação de qualquer estudioso bem intencionado observar a educação, seguir políticas educacionais

sem antes dominar perfeitamente bem a cultura e a língua (dialetos) dos índios a que se propõe alfabetizar.

Funções sociais da educação indígena são, genericamente, i) o ajustamento das gerações; ii) a preservação e valorização do saber tradicional; iii) a adequação do indivíduo ao ritmo da vida social. Outras funções complementares podem ser acrescentadas, mas sempre envolvendo a 'visão de mundo' (cosmovisão) da tribo, e a comunidade educativa.

Mecanismos da educação utilizados constantemente são o exemplo, a comunicação verbal, a aceitação social, a convivência dos outros. Mas se qualquer tribo difere uma de outra, se é única na sua maneira de ser e de viver em virtude de sua historicidade e das condições ambientais, então a educação, ou o processo educativo apresenta aspectos específicos no que tange à abordagem dos 'focos' de elaboração cultural e educativa. Mas, de um modo geral, a mitologia, o ritual, a língua e a habitação são focos que sustentam a visão de mundo dos índios e assim podem ser atingidos.

Educação acontece sem alfabetização, alfabetização nem sempre é o passaporte para uma boa educação. Assim, sem o recurso da alfabetização, e sem a escrita, a transmissão da herança cultural indígena se processou/processa ininterruptamente durante séculos por via oral. A comunicação oral e o exemplo foram as viga-mestres da educação tribal.

É o contato com a civilização, e com a sociedade nacional, que aponta a necessidade da alfabetização. Essa relação entre educação indígena e alfabetização, e a função da alfabetização indígena são assuntos que merecem estudo mais aprofundado, na teoria e na prática.

Educação para o Indígena

Educar o índio visando à europeização, submeter o índio aos ditames da ocupação colonial, foram os objetivos da ideologia dominante desde os tempos coloniais. A destribalização tornou-se a política a ser conduzida com vistas à assimilação do índio à sociedade, aos ideários cristãos. Se não destribalizá-los, introduzir desequilíbrios ambientais e/ou estruturais.

Estruturalmente e funcionalmente a "educação missionária" e a chamada "educação nacional" não diferem nas suas concepções ideológicas, ou no seu funcionamento concreto. Razão porque Bartolomeu Meliá afirma ser a escola para o índio "mais a função de auto-

justificação da sociedade envolvente, que de formação do índio.” (Meliá, B., 1979 : 49).

A escola tem tido a preocupação com a alfabetização do indígena, mas essa preocupação é susceptível ao fracasso por ser ela, escola, desconectada do real, do cotidiano, dos interesses e da vida do índio. A escola pois, tende a marginalizar o índio da tribo, a criar conflitos com a ‘cultura do branco’ e a plantar possíveis rejeições.

Diferenciando a educação indígena de a educação para o indígena, pode-se resumir, nas palavras de Meliá, “enquanto a educação indígena se processa sempre em termos de continuidade, a educação para o indígena pretende estabelecer a discontinuidade e a ruptura com o tempo anterior” (Meliá, B. 1979 : 53).

Crítica Conclusiva

Em se tratando dos empreendimentos educacionais a serviço do indígena brasileiro surgem erros e acertos. Erros no tocante à alfabetização, na preparação lingüística dos orientadores e professores, e no emprego da metodologia. Acertos surgem no resultado prático e no material didático gerado.

Em conclusão, no tocante a alfabetização para o indígena na Colônia, no Império, na República Velha e na Nova, na atualidade, um pouco de equilíbrio surge dos conflitos. Assim, ironicamente, é equilíbrio aquele que resulta nitidamente do colonialismo e que hoje pode ser enfeixado, enfaixado como “colonialismo cultural” e que até hoje se apodera do povo, se imiscue no seu lazer, na sua sociabilidade.

A educação indígena continua carente de diretrizes próprias a nível federal. Fica difícil qualquer avanço sem uma articulação maior de pessoas e entidades interessadas nesta tarefa. (OPAN, 1989 : 193).

Ademais os desacertos, descaminhos, o caos da/na Educação e da/na Alfabetização Indígena Brasileira somente poderão ser solucionados quando essa educação for abordada, antes de mais nada, como um caso de autodidatismo, como um problema de competência multicultural incluindo a multilingüística, e, no seu todo, holisticamente, uma problemática de visão de mundo.

Referências bibliográficas

MELIÁ, Barolomeu. **Educação Indígena e Alfabetização**. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

OPAN – OPERAÇÃO ANCHIETA; EMIRI, Loretta e MONSERRAT, Ruth (orgs.). **A Conquista da Escrita**. São Paulo: Iluminuras – Projetos e Produções Editoriais Ltda., 1989.

Fortaleza, Ceará, Brasil
1990 – 1991
Zélia Sá V. Camurça

ZÉLIA SÁ V. CAMURÇA

Ph. D. em Educação Comparada, Sociologia da Educação e Antropologia

Professor Titular, Universidade Federal do Ceará – UFC, FAGED

Professor do Ensino Superior, Universidade Estadual do Ceará – UE-Ce, CE.

Membro, Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará.